

A “guerra” do diploma e a reforma do ensino de jornalismo¹

Otávio DAROS

(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / PUCRS)

INTRODUÇÃO

À luz de uma sociologia histórica, que se ampara no exame de entrevistas e outros documentos, este artigo pretende contribuir para o desvelamento de parte do intrincado jogo de relações entre a classe profissional e o mundo acadêmico do jornalismo. O período analisado vai de 1969 até 2013, abarcando não só o debate público em torno da exigência do diploma para jornalistas, mas também atentando para as disputas, ocorridas no interior da comunidade universitária, que, depois de quatro décadas, levaram à separação curricular entre jornalismo e comunicação nos cursos de graduação.

Visa-se mostrar mediante discussão documentada como o assunto comporta paradoxos, para não falar em dialética (DAROS; RÜDIGER, 2022), à medida que, como se argumentará, a depender do contexto de estruturação, os campos profissional e acadêmico podem operar com maior ou menor margem de autonomia, sem que haja necessariamente uma interconexão permanente entre eles.

DIFERENTES INTERPRETAÇÕES

Nas quatro décadas em que vigou, a obrigatoriedade do diploma para exercício profissional foi vista por diferentes prismas. Na visão de alguns pesquisadores e jornalistas a favor da antiga exigência, ela se justificaria porque “o Brasil tem larga tradição de concessão de emissoras de rádio e TV como moeda política, o que não acontece acima da linha do Equador; o sistema de comunicação brasileiro é apoiado em oligopólios comerciais e oligarquias políticas, o que nem sempre se dá lá fora”; enfim, “as comparações podem ser feitas aqui e acolá, mas regulamentação profissional deve ser entendida como avanço e não retrocesso” (CHRISTOFOLETTI, 2002, p. 108).

Já para outros estudiosos da matéria, “apesar de ter por referência o modelo liberal similar ao norte-americano, o profissionalismo no Brasil foi modulado por uma lógica autoritária e corporativa na qual, por um lado, o indivíduo anônimo e/ou cidadão comum é tido como um interlocutor fundamental e principal destinatário da produção noticiosa”. De outro, esse cidadão comum foi por muito tempo “excluído dessa mesma produção sob

¹ Comunicação Científica apresentada no GP Ensino de ética e de Teorias do Jornalismo, no VI Encontro Regional Sul de Ensino de Jornalismo (Erejour Sul).

a alegação de que ela é importante demais para a democracia e essa responsabilidade deve caber exclusivamente ao jornalista graduado camuflando, assim, o uso desta exigência como uma reserva de mercado” (ROXO, 2014, p. 3).

PONTOS PARA DISCUSSÃO

Ao longo do trabalho, argumenta-se que tanto a derrubada da exigência de grau universitário para a atividade profissional de jornalista, quanto o desmembramento do bacharelado de comunicação social, produziram efeitos no mínimo questionáveis. Antes de mais nada, não se verificam evidências que o fim da reserva de mercado tenha proporcionado melhores condições para as escolas “sérias” de ensino de jornalismo, mediante a eliminação daquelas “oportunistas”, como previam os críticos da lei.

Por outro lado, a essa altura, a divisão e autonomização curricular do jornalismo, como articulado por suas associações de professores e pesquisadores, não parece menos discutível, em um contexto de reconfiguração do mercado profissional (FIGARO, 2014), com a maioria dos formados sendo empregados cada vez menos em posições estritamente para jornalistas e mais em iniciativas, seja no âmbito público ou privado, que exigem conhecimentos e técnicas variadas, em progressivo intercâmbio com outras áreas.

REFERÊNCIAS

- CHRISTOFOLETTI, Rogério. O jornalismo é uma profissão, sim! *In*: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002. p. 106-110.
- DAROS, Otávio; RÜDIGER, Francisco. Mudança de paradigma no jornalismo brasileiro: de Paris a Nova York com sinais de Pindorama. *In*: PASE, André; HOHLFELDT, Antonio (org.). **Conhecimento em construção**. Porto Alegre: Sulina, 2022. p. 85-108.
- FIGARO, Roseli. Jornalismo e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 2, 23-37, jul./dez. 2014.
- ROXO, M. O jornalismo como etnia de graduados Profissionalismo, Sindicatos e ditaduras. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, 1-26, dez. 2015.